



## SEGURANÇA ALIMENTAR: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ARCOS/MG

Carolina Isabela Nazareno e Silva<sup>1</sup>, Lavínia Fontes Lasmar<sup>2</sup>, Nayara Teixeira dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

Nacionalmente, a segurança alimentar é um dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, estabelecendo um salário mínimo como garantia da subsistência alimentar. No entanto, relatórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstram que nem sempre este valor é suficiente, com o percentual estimado pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 35,71% das despesas. Neste aspecto, uma pesquisa do custo da cesta básica do município atua como termômetro econômico e social. O valor da cesta básica e o cálculo das horas trabalhadas necessárias para a sua aquisição, influem nas decisões de políticas públicas, especialmente para a população em vulnerabilidade social, como forma de erradicação da fome e da miséria nos lares. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo identificar o valor da cesta básica e a quantidade de horas trabalhadas necessárias para a sua aquisição no município de Arcos/MG. Como metodologia, adota-se os passos metodológicos para coleta, apuração e análise dos dados utilizados pelo DIEESE com as suas devidas adaptações à realidade local. As coletas serão realizadas mensalmente e convertidas em relatórios (*dashboards*) no Microsoft Power BI e publicizadas no site institucional do IFMG Campus Arcos e nos jornais (impresso e digital) do município. Além disso, ao final da pesquisa será produzido um artigo científico com as análises dos dados.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar. Salário mínimo. DIEESE. Cesta básica. Arcos/MG.

### 1 INTRODUÇÃO

Como forma de garantir o atendimento às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, foi instituído em 1936 (Lei nº 185), o Salário Mínimo. Com o objetivo de garantir a segurança alimentar, a Constituição Federal de 1988 traz como destaque a importância do salário mínimo como garantia à alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte (Batista, 2019). O Salário-Mínimo constitui-se o menor valor monetário pago a um trabalhador no país (Medeiros, 2005).

O conceito de Segurança Alimentar, que surge após a 2ª Guerra Mundial com a criação da FAO e do Banco Mundial, possui três aspectos principais: quantidade, qualidade e

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFMG Campus Arcos

<sup>2</sup> Estudante do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFMG Campus Arcos

<sup>3</sup> Mestre em Engenharia e Gestão de Processos e Sistemas e docente da área de Gestão e Negócios do IFMG Campus Arcos



regularidade ao acesso dos alimentos (Belik et al., 2003). No Brasil, somente em 2006, com a Lei nº 11.346, a Segurança Alimentar foi garantida como direito fundamental do ser humano.

A garantia da segurança alimentar perpassa pela constituição dos preços dos itens da cesta básica (Andrade; Pires e Ferraz, 2011). Desse modo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), estabeleceu com base no decreto Lei nº 399, uma lista de alimentos e suas respectivas quantidades, denominada cesta básica de alimentos. Estes itens seriam suficientes para o sustento mensal de um trabalhador adulto, com base em quantidades balanceadas de macronutrientes (proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo). O DIEESE realiza todo mês a “Pesquisa do Custo da Cesta Básica de Alimentação” nas 18 capitais do país (Batista, 2019).

O trabalhador remunerado pelo piso nacional, gastou em média, em janeiro de 2024, 52,33% do seu rendimento para adquirir produtos alimentícios básicos. Cabe ressaltar que este percentual se dá em relação ao salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social. A alta dos preços dos itens foi justificada pelo excesso de chuva, oferta e demanda e exportação (DIEESE, 2024).

Diante desse cenário, torna-se fundamental entender o comportamento dos preços da cesta básica no município de Arcos/MG a fim de contribuir com o estudo econômico, uma vez que a pesquisa do DIEESE trata apenas das capitais brasileiras, e as políticas públicas que podem ser desenvolvidas no município com o objetivo de erradicar a pobreza através do desenvolvimento de ações que garanta a segurança alimentar pelo poder público municipal.

O município de Arcos na região Centro-Oeste de Minas Gerais possui uma população estimada em 2024 de 43.348 habitantes. O salário médio mensal dos trabalhadores é de 2,1 salários mínimos. Em 2010, 30% da população possuíam rendimento nominal mensal *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (IBGE, 2010). Diante disso, a presente pesquisa propõe verificar se o salário mínimo nacional se mostra capaz de propiciar a alimentação básica familiar e segurança alimentar no município de Arcos/MG.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Referencial Teórico

#### 2.1.1 Segurança Alimentar



O conceito de Segurança Alimentar surge a partir da destruição causada pela 2ª Guerra Mundial em grande parte da Europa. Vários países foram devastados sem condições mínimas de produção alimentar. A criação da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem para aclamar o conceito de Segurança Alimentar de forma internacional (Valente, 2002).

Neste cenário, a Segurança Alimentar possui três aspectos principais, sendo: quantidade, qualidade e regularidade ao acesso dos alimentos. O acesso aos alimentos não se diz respeito apenas a sua disponibilidade, mas sim ao acesso das populações mais pobres que muitas das vezes vivem de forma restrita aos mesmos devido a renda, conflitos internos, monopólios, desvios, dentre outros (Belik et al., 2003).

Em relação a qualidade, as características nutricionais começaram a ser discutidas na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas. O cenário nutricional apontava para um perfil de desnutrição e deficiência de micronutrientes da população brasileira (Kac et al., 2008). Somente em 2006, momento em que foi instituída a Lei nº 11.346 com o estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que a Segurança Alimentar foi garantida como direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana.

A Segurança Alimentar é garantida para uma população se todas as pessoas possuem de forma permanente, acesso a alimentos suficientes para uma vida saudável e ativa (Hoffmann, 1995). É sabido, contudo, que o acesso diário aos alimentos está diretamente relacionado ao poder aquisitivo. Por isso, a própria Constituição Federal de 1988, salienta que o salário mínimo deve ser suficiente para garantir a subsistência alimentar.

### 3.1 Metodologia

Desde 2016, o DIEESE utiliza uma estrutura metodológica padronizada, que inclui a definição regional das cestas, a escolha dos locais de coleta, a ponderação dos produtos, o cadastro dos estabelecimentos, a seleção de marcas e unidades de medida, a criação de questionários e a definição de um calendário de levantamento de preços.

A pesquisa leva em conta que as quantidades e os tipos de produtos variam de acordo com as regiões do país, seguindo o Decreto Lei nº 399 de 1938. Por exemplo, a Região 1 (que inclui estados como São Paulo e Minas Gerais) tem uma quantidade específica de carne, leite e outros itens que compõem a cesta. A coleta de dados é realizada em quatro tipos de



estabelecimentos: supermercados, feiras, açougues e padarias. O DIEESE estabelece critérios rigorosos para a ponderação dos produtos em cada tipo de comércio, assegurando que o preço médio obtido seja representativo.

Para garantir a precisão dos dados, a metodologia especifica características detalhadas de cada produto, como o tipo de feijão (carioquinha), de banana (prata e nanica) e os cortes de carne (bovina de primeira). Recomenda-se pesquisar pelo menos três marcas diferentes para cada item, com a possibilidade de substituição caso a oferta de uma marca diminua. É crucial que o pesquisador esteja atento a mudanças nas unidades de medida das embalagens, um fator que pode distorcer os dados de preço se não for notado.

Finalmente, após a coleta, a metodologia detalha os cálculos para chegar aos resultados. O custo mensal da cesta individual é obtido multiplicando o preço médio de cada produto pela sua quantidade regional e somando os valores. A quantidade de horas de trabalho necessárias é calculada com base no custo da cesta e na jornada de trabalho mensal de 220 horas. Além disso, a pesquisa estima o salário mínimo ideal para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), considerando que duas crianças equivalem a um adulto, e o relaciona com o percentual gasto com alimentação no orçamento familiar.

Para a realização desta pesquisa, um questionário foi elaborado pela equipe do projeto para a coleta de dados de perfil, marcas e estabelecimentos da amostra da população de Arcos/MG. Este questionário está em processo de análise no Comitê de Ética do IFMG. Após aprovação, as alunas irão realizar o pré-teste do mesmo com 10% da amostra. A amostra considera 200 famílias de uma população estimada de 43.348 habitantes. A amostra será estratificada por região geográfica (Centro: 40%, Norte: 20%, Sul: 20%, Leste/Oeste: 20%) e por faixa de renda autodeclarada (até 1 SM: 30%, 1-3 SM: 50%, 3-5 SM: 15%, acima de 5 SM: 5%).

Durante a fase de avaliação do questionário pelo Comitê de Ética, foi realizada uma mobilização da mídia impressa e digital do município com vistas a possibilitar a população conhecer o projeto e as alunas bolsistas, a fim de evitar receios ou dúvidas quanto a credibilidade da mesma. As coletas de preços e a produção dos relatórios ocorrerão em uma frequência mensal. Os relatórios serão elaborados no Microsoft Power BI e disponibilizados no site institucional do IFMG Campus Arcos e nos jornais locais (impresso e digital).



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto tem como principal objetivo identificar o valor da cesta básica e a quantidade de horas trabalhadas necessárias para a sua aquisição no município de Arcos/MG. A pesquisa, que adota os passos metodológicos do DIEESE adaptados à realidade local, atua como um termômetro econômico e social. A análise sazonal dos preços ao longo de 12 meses possibilitará identificar períodos de maior vulnerabilidade alimentar da população. A sua realização é crucial, pois a pesquisa do DIEESE tradicionalmente abrange apenas as capitais brasileiras.

Os resultados, gerados mensalmente e convertidos em relatórios (*dashboards*) no Microsoft Power BI, serão publicizados no site do IFMG Campus Arcos e em jornais locais. Prevê-se que os resultados demonstrem variações significativas entre as regiões do município e entre as diferentes faixas de renda, evidenciando desigualdades no acesso à alimentação básica. Ao final, será produzido um artigo científico com as análises completas dos dados.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah Farias; PIRES, Mônica de Moura; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **Segurança alimentar:** uma análise do comportamento dos preços dos itens da cesta básica. Revista Desenhahia. Nº 14, 2011.

BATISTA, Alberth Martins. **Salário Mínimo nacional, alimentação básica e segurança alimentar:** um estudo para o Brasil [dissertação]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Saúde Soc. 2003;12(1):12-20.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cesta básica de alimentos. Quanto se trabalha para comer. São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2024.

HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** Estud. av. vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

KAC G, Sichieri R, Gigante DP. **Epidemiologia nutricional.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu; 2008. Letras, 2008.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Salário Mínimo e Desenvolvimento,** in Salário mínimo e Desenvolvimento, Campinas, 2005.



13o Seminário de  
Iniciação Científica

V PLANETA IFMG

SAIBERES EM MOVIMENTO  
Conectando pessoas, ideias e instituições



VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.**  
São Paulo: Cortez; 2002.